

# SITUAÇÕES

## MICROCENAS DA PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO EM SÃO PAULO

Guillermo O'Donnell

*Tradução: Rolando Lazarte*

### **Primeira situação**

Uma dessas manhãs eu ia da minha casa para a USP. Cheguei à Praça Panamericana pela pista da esquerda. Deparei com uma situação insólita nesta bendita cidade: ao passo que nas demais faixas os carros estavam parados, na que eu vinha havia uns 30 metros livres para continuar avançando. Fiz isso, mas um carro que se encontrava na faixa central saiu de repente para a esquerda, pela qual eu avançava, sem dar sinal com a mão ou a seta. Tive de breicar violentamente e, atrás de mim, tiveram de fazê-lo vários outros carros, com os conseqüentes guinchos e gritos de protesto. Acabei com o pára-choque do meu automóvel a poucos centímetros da porta do carro do invasor de pistas. Acostumado a enfrentar com calma este tipo de incidente, surpreendi-me com a fúria do invasor, que aos brados me fez saber que deveria ter sido óbvio para mim que, uma vez que havia um espaço na faixa pela qual eu avançava, ele ia ocupá-lo. Não tentei argumentar que em princípio lhe cabia conservar-se na sua faixa (principalmente porque ao sair da mesma meu carro se encontrava já muito perto do dele) e que, se pretendesse sair da faixa, ao menos devia sinalizar a sua intenção. Não o fiz porque, afora as condições tão pouco propícias para um diálogo fecundo em que nos encontrávamos, era bem evidente

que para essa pessoa tal argumento teria sido simplesmente incompreensível. Para ele a questão começava e terminava no fato de que havia um espaço disponível e que *obviamente*, embora com risco de batida, ele ia ocupá-lo, e eu, para além de intrascendentes formalidades que regulamentam o trânsito, *teria que saber isso*. Logo mais, o invasor conseguiu me surpreender novamente: ocorre que uns 100 metros mais adiante devia virar. .. à direita! De modo que, após ter ocupado o *seu* espaço na extrema esquerda, partiu em diagonal para a extrema direita, dando mais uma pequena — embora não irrelevante — contribuição a essa imensa bagunça que é o trânsito de São Paulo. Continuei para a USP, pensando na questão da ocupação do espaço e na irracionalidade, inclusive para o seu devoto praticante, implicada no fato de que depois de o conquistar a tão alto custo emocional, tivesse que virar exatamente para o lado oposto. Mas na USP me esperava uma outra lição, esta altamente racional, embora não menos perversa, sobre — no fundo — o mesmo tema.

### **Segunda situação**

A USP tem tido a boa idéia de colocar, perto da entrada de alguns prédios, espaços reservados para que pessoas com dificuldades físicas estacionemos os nossos carros. Chovia. Disse a mim mesmo que, como já aprendi, isso garantia que esses espaços *não* estivessem livres. Assim foi. Horas mais tarde, ao sair, encontrei uma pessoa em invejável estado atlético, entrando num dos carros estacionados em um desses espaços. Não resisti à tentação de lhe dizer que me parecia errado que impedisse o uso dos mesmos por pessoas que realmente necessitam deles. Com uma lógica irretorquível, respondeu-me que, de fato, lhe parecia errado, mas que isso de nada adiantava porque, se ele não o fizesse, outros com certeza o fariam. O que é, sem dúvida, verdade; e, do ponto de vista do ilustre colega ou do avantajado estudante que conseguiu ocupar o espaço, altamente racional, uma vez que — em contraste com o mal-humorado motorista e seu ineficiente deslocamento em diagonal — dessa forma se minimiza eficientemente a distância entre o seu carro e o prédio onde se dedica a questões muito mais elevadas que as referidas a carros e estacionamentos. Por trás delas, no entanto, está a apropriação privada de um espaço público submetido a regras que, como as de trânsito, e, muito ostensivamente, as de estacionamento para deficientes físicos, pretendem criar esse espaço e pô-lo sob certas balizas universalmente válidas.

Não pude deixar de me perguntar: estas microcenas têm algo a ver com o *grande* tema da privatização ou colonização do aparelho estatal, e com o patrimonialismo e o prebendalismo como modos dominantes de governar e de fazer política? Alguma coisa diz que elas *também* ocorram na USP?

### Terceira situação

Voltei para casa ruminando estas questões. Lembrei então de uma situação que ocorreu há um par de semanas, quando uns amigos — a quem peço desculpas por recordá-los neste contexto — nos convidaram para passarmos um agradável fim de semana em uma praia às margens da Rio-Santos. Bela praia, praia limpa. Forma de consegui-lo: engenhosas e sofisticadas construções e desvios, guardadas por hostis leões-de-chácara, destinadas a impedir o acesso dos temidos farofeiros. Praia pública apropriada por pequeno grupo de proprietários cuidadosos, amantes de uma natureza bela e limpa. Tal como na cena da USP, o argumento que sustenta esta apropriação é tão racional como eficiente: sem esses sistemas de exclusão dos "outros", o que costuma ocorrer é uma rápida e brutal contaminação, como outras praias da região atestam pateticamente. Conclusão: de um lado, para os privilegiados proprietários parece racional tentar excluir "sua" praia do uso público; de outro, os incontáveis excluídos não vão sentir que essa seja também (enquanto pública) *sua* praia, e portanto é muito mais improvável que adotem comportamentos menos predatórios... O que por sua vez reforça a motivação para excluí-los.

### Quarta situação

Esse era, decididamente, meu "dia de espaços". Em parte porque realmente o era e — obviamente — também porque a pedagogia prática que recebera na Praça Panamericana me levava a reconhecer outros lados do tema da ocupação privada de espaços públicos. Minha filha fora convidada para brincar na casa de uma amiguinha após a aula. Fui buscá-la, imaginando alguns minutos de agradável conversação com os pais dela — ela, psicóloga de sucesso, ele, empresário médio. Com meu habitual talento para me perder em São Paulo, descobri preocupado que o trajeto que conhecia, pouco antes de chegar à casa deles, fora interrompido por essa formidável barreira de obstáculos com que a engenhosidade dos bairros de classe alta paulistana barra a passagem de veículos. Após algumas voltas cheguei à casa. Já a essa altura obsessivamente atento ao nosso tema, cometi (*mea culpa*) a hipocrisia de comentar, com o ar mais casual possível, a colocação desses obstáculos. A resposta foi, novamente, perfeitamente racional: essas ruas tinham se tornado sumamente perigosas devido à criminosa velocidade com que alguns motoristas transitavam por elas; portanto, numa decisão cuja legalidade ou ilegalidade não foi mencionada (aparentemente porque, tanto para os meus interlocutores como para os meus amigos da praia, era de alguma forma irrelevante), *eles* e os seus vizinhos decidiram fechar a rua. Da mesma forma como no caso da praia, neste os

perigos provocados por enlouquecidos motoristas tinham sido eficazmente eliminados — mediante a apropriação privada, agora, daquilo que a vida urbana talvez tenha de mais público, a rua<sup>1</sup>.

Embora tenha viajado muito, não conheço outro país onde se tenha chegado a esse extremo — salvo para tornar as ruas ainda mais públicas, reservando-as exclusivamente para pedestres. Por outro lado, meus pobres conhecimentos das conseqüências da estrutura de classes brasileira me fazem apresentar como hipótese muito tentativa o seguinte: os bairros de classe alta têm a possibilidade de, simplesmente, fechar as ruas (sempre que não exagerem demais, a ponto de não se chegar a eles, o que premia os vizinhos que conseguem fazê-lo primeiro); os bairros de classe média, principalmente aqueles em que têm ocorrido acidentes "demais", podem lançar mão dos (literais) quebra-molas, que — salvo os filhos-de-papai, que não se importam muito de destroçarem seus carros, por continuarem circulando impunemente em alta velocidade — obrigam o resto dos mortais a diminuir até quase zero a velocidade do carro frente a esses agressivos obstáculos.

Conseqüências? Alguns, fechando as ruas, conseguem se proteger das velozes incursões dos motoristas, mortais farofeiros, que por ali circulam. Outros, colocando os quebra-molas, obtêm chances razoáveis de sobrevivência, ao fazer com que *quase todos* os carros diminuam a velocidade em "suas" ruas. Fica, é verdade, boa parte da cidade protegida da loucura veloz de tantos motoristas pelo fato de elas se encontrarem quase sempre engarrafadas. O resto, as outras ruas, e quase todas à noite, são o espaço que fica "livre" para se ocupar, seja lá de que forma for — e nas quais se alguém, idiota diplomado, se detém diante de um farol vermelho, conta com 49% de probabilidade de ser atropelado por trás pelo meu adversário da Praça Panamericana, a quem *obviamente* não pode ocorrer que alguém venha a fazer algo tão desatinado; 49% de probabilidade de ser assaltado; e magros 2% de continuar tranqüilamente sua travessia.

Se, então, tantos espaços ficam excluídos por fechamento de ruas ou, parcialmente, por imponentes quebra-molas ou, boa parte do dia, por engarrafamentos, parece inevitável que o restante desse primordial espaço público que é a rua fique aberto para um tipo diferente e conflitivo, embora complementar, de apropriação privada: a primazia daqueles que não respeitam regra alguma para dirigir seus carros. Mais do que os carros amassados que hoje integram esse supremo *kitsch* com que Jânio Quadros decora São Paulo, as vítimas prediletas desses bárbaros são os bípedes humanos (e diversos quadrúpedes) que se aventuram pelos labirintos urbanos sem a couraça metálica do seu próprio carro. Isto certamente reforça a racionalidade, se acaso alguém tiver as "necessárias" conexões com as autoridades "pertinentes", de se continuar fechando ruas ou colocando quebra-molas. Tais apropriações (privadas) da rua tornam mais provável, e subjetivamente legítimo, que os demais se apropriem privadamente, à sua moda, do que restar — isto é, dirigindo seus veículos de uma forma que torna

(1) Obviamente, a referência obrigatória com relação a estes temas são as reflexões de Roberto Da Matta. Deste autor, ver especialmente *A Casa e a Rua* (São Paulo, Brasiliense, 1985), o *Que Faz o Brasil Brasil?* (Rio de Janeiro, Rocco, 2ª ed., 1986), e "The Quest for a Citizenship in a Relational Universe", in John Wirth et al. (orgs.), *State and Society in Brazil. Continuity and Change* (Boulder, Westview Press, 1987).

ainda mais compreensível o fechamento de mais ruas e a colocação de mais quebra-molas.

Na Praça Panamericana vimos um caso de compulsiva apropriação do espaço que era irracional (porque ineficaz, uma vez que logo mais o meu adversário devia virar à direita) para o próprio ator. Subindo rapidamente pela escala educacional, na USP vimos um caso de apropriação de um espaço publicamente regulamentado, por motivos tão racionais quanto cínicos e autoconscientes. Provavelmente o emprego e o salário do meu interlocutor nessa situação não o qualifiquem como membro das classes altas, embora o seu *curriculum vitae*, como o de outros ocupantes desses espaços, devesse torná-los os mais prováveis candidatos a ter uma avançada consciência cívica. No entanto, a situação da praia e, principalmente, a da rua fechada, nos conduziram a segmentos de elevadíssima renda e a expressões altamente ilustradas da burguesia (burguesia média, é verdade, já que a alta — de novo, por um temor subjetivamente compreensível de ser assaltada ou sequestrada —, ao invés ou além de fechar ruas, vive dentro do equivalente contemporâneo das fortificações medievais). Ali também apareceu a mesma lógica: as condições prevalecentes são tais que se torna lógico que aquele que pode privatize os espaços públicos ao seu alcance. Ao fazer isso, não parece que tenham sentimentos de culpa; afinal, para ter tais sentimentos deveriam ter também alguma consciência cívico-republicana; isto é, que a separação entre o público e o privado é relevante e que, portanto, inclusive às custas de alguns sacrifícios individuais, vale a pena mantê-la. Não encontrei essa perspectiva nessas pessoas, a despeito de sua visão em muitos aspectos moderna e, em níveis macropolíticos, democrática. Mas, por eles não terem sentimentos de culpa, a apropriação que realizam não é uma apropriação triunfante e segura dos respectivos espaços públicos. É, claramente, uma privatização do público defensiva, motivada pela percepção — acertada — de que se não o fizerem, como na USP, outros o farão e nada terá mudado, ou, como na praia ou na rua, que não somente outros o farão, senão que ainda o seu comportamento predatório não deixará para ninguém coisa alguma que valha a pena. O que leva a que cada um continue a agir da mesma maneira, com consequências perversas para todos.

### Quinta Situação

Nesse ponto das minhas reflexões comecei a me reconciliar com o invasor da Praça Panamericana. Dentro da enviesada amostra constituída por esse dia de espaços públicos privatizados, ele estava sem dúvida no último degrau da escala social. Ao menos reivindicara com intensa agressividade seu direito a algum espaço; esse espaço era aquele apenas momentaneamente oferecido pela conjuntura do trânsito, e talvez uma longa

experiência de exclusão houvesse alimentado a evidente voracidade com que se lançou à conquista de um espaço muito mais evanescente e, sobretudo, mais vicário que o dos demais "privatizadores" que encontrei ou recordei aquele dia. Mas quando, a partir desse raciocínio, começava a fazer (ideologicamente) reconfortantes considerações, passou-me pela memória — perversidades de um inconsciente mais reacionário que o meu superego — um episódio que sugere que essas características estão repartidas, ao menos em São Paulo, com notável equanimidade ao longo das diversas classes e setores sociais.

Como muitos deverão lembrar, há dois verões (ou três?: o *timing* alucinante dos últimos tempos brasileiros confunde a minha memória) houve uma grande seca em São Paulo. O governo estadual fez uma grande campanha pedindo que restringíssemos o consumo de água, advertindo que se isso não ocorresse seria necessário fazer cortes no fornecimento. Claramente, uma moderada restrição no consumo de cada um seria melhor para todos que passar alguns dias sem uma gota d'água. O resultado da campanha foi realmente espetacular: parece que o consumo global de água *aumentou* 5%! A consequência foi o racionamento, com o que ficamos pior do que se tivéssemos moderado o uso da água; foi ainda pior para os que primeiro nos prejudicamos limitando o consumo de água, e depois — porque outros aparentemente fizeram o contrário — sofremos junto com todos as consequências do racionamento.

☆☆☆

E o que quer dizer tudo isto? Apresso-me a declarar que não tenho nenhuma certeza. Por um lado, como leitores/as atentos terão percebido, minhas experiências, memórias e raciocínios vêm ascendendo, a ponto de sugerir que o Brasil enfrenta um gigantesco dilema do prisioneiro<sup>2</sup>. Esse dilema parece particularmente sério quando o vemos aparecer em práticas de atores sociais que, se supõe, deveriam encontrar-se entre os melhores candidatos a desenvolver — contagiando os demais — práticas cívicas e republicanas de clara delimitação entre o público e o privado e, portanto, de obediência e reafirmação das regras e instituições que sustentam essa delimitação.

Neste contexto, vale a pena lembrar um outro episódio. Alguns anos atrás, um deputado estadual entrou no palácio do governo do Pará em apoio a um grupo de grevistas. O governador Hélio Gueiros mandou expulsar com violência os incursos, dentre os quais o deputado. Tendo sido criticado por isso, o governador, pela TV, saiu-se com uma bela defesa: todo mundo tem direito de expulsar da sua própria casa um indesejável — o palácio do governo era metaforizado como sendo igual à casa de qualquer pessoa. Tal como meu irado interlocutor da Praça Panamericana, o gover-

(2) Sem entrar em tecnicismos, o tema do dilema do prisioneiro alude a uma família de situações em que a agregação de micro-racionalidades produz efeitos perversos para o conjunto social e, inclusive, menos favoráveis para cada um dos atores que os que teriam conseguido seguindo uma estratégia cooperativa. Dentro dessa "família", uma especificidade do dilema do prisioneiro consiste em que um egoísta racional continuaria a sê-lo embora saiba que os demais adotaram uma estratégia cooperativa. No nosso caso, esse tipo de ator continuou a usar tanta ou mais água do que antes; se os outros economizavam água para evitar os cortes, ele ficava no melhor dos mundos; se os demais não economizavam, de qualquer maneira iria haver cortes, de modo que não valia a pena ele próprio se limitar até que isso viesse a ocorrer. Aquelas pessoas que neste tipo de situação cooperaram, restringindo o uso da água e sofrendo assim mesmo os cortes, na teoria dos jogos receberam, com toda razão, o nome de *suckers* (babacas). A extensão — mais ou menos rigorosa — deste tipo de situação às demais apresentadas no texto é, espero, razoavelmente óbvia.

nador evidentemente considerava o seu argumento completamente óbvio: a idéia de que existem algumas diferenças fundamentais entre o público e o privado, e de que há, ou seria urgente implantar, regras que delimitam essas esferas, lhe parecia tão alheia quanto as regras do trânsito àquele motorista.

Os problemas derivados da predominância de um estilo patrimonialista e prebendalista de fazer política e de governar foram comentados em um recente trabalho meu<sup>3</sup>. Seu lado principal consiste, sobretudo, na incapacidade de delimitar o público e o privado e, a partir disso, na enorme dificuldade de construir as instituições e elaborar as regras a partir das quais seja possível arquitetar as dimensões cívica e republicana, sem as quais jamais alcançaremos um *regime* democrático. A resultante é, por sua vez, uma política sem mediações institucionais; na sua prática convergem no interior do aparelho estatal — desde uma esfera pseudopública — aquele estilo patrimonialista e — desde a sociedade — o assalto de interesses privilegiados que, como os das nossas microcenas, privatizam, pulverizando-o, o espaço público do Estado.

Talvez o mais grave desses comportamentos seja que, provavelmente, uma boa parte deles não é corrupta, no sentido de estarem motivados pela intenção, de quem os realiza, de tirar benefícios materiais. Acabo de sugerir o termo "pseudopúblico", para indicar que os atores patrimonialistas da política brasileira exercem, certamente, o direito de mandar, raramente recusando as *mordomias* que lhes conferem suas posições governamentais. Mas, demasiadas vezes, tem-se a impressão de que, como no caso do nosso motorista, as regras são olímpicamente ignoradas, a ponto de, se alguém as invocar, esses atores reagirem com — para eles — justificada indignação ("como eu não posso fazer isto?"<sup>4</sup>); do presidente Sarney para baixo poderia-se fazer um riquíssimo inventário dessas reações. Novamente, como no caso do motorista, duvido que seja útil tentar convencê-los: parece tratar-se de pessoas que *não podem* conceber que suas condutas devam se pautar por certas regras e instituições. Estas, em todo o caso, como já vimos nas outras microcenas, quando não podem ser prepotentemente ignoradas, são um incômodo obstáculo a respeito do qual é sempre possível — e necessário — dar *um jeito*, tanto mais quanto mais poder se tem à disposição. E aqui vem uma observação importante: frente a isto, os excluídos são, inevitavelmente, farofeiros. É por isso que os governantes patrimonialistas e os interesses que eles ajudam a colonizar o aparelho do Estado têm horror das eleições — esse dia tão especial em que eles têm o mesmo peso que os farofeiros de um sistema político que gostariam de ter tão bem resguardado, como suas praias e seus bairros. É por isso que essas "elites" são, se não necessariamente antidemocráticas, claramente não-democráticas. Convenhamos que, com tais personagens a ocupar boa parte das principais posições no sistema político e no aparelho estatal, não é tarefa fácil — nem provável — avançar na construção de um regime democrático.

(3) Guillermo O'Donnell, "Transições, Continuidades e Alguns Paradoxos", in Fábio Wanderley Reis e Guillermo O'Donnell (orgs.), *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas* (São Paulo, Vértice, 1988).

(4) Novamente remeto aqui às obras de Roberto Da Matta. Ver, além das já mencionadas, *Carnavais, Malandros e Heróis* (Rio de Janeiro, Zahar, 1978).

As analogias entre as microcenas e as referências que acabo de fazer, aos grandes dramas da política me parecem significativas. Mas seria ao menos apressado — e metodologicamente sacrílego — argumentar que microcenas e macrodramas se relacionam diretamente ou se refletem mutuamente. No entanto, como reza o ditado castelhano, "yo no creo en las brujas, pero haber, hay" — entre estas microcenas e aqueles macroproblemas também devem existir algumas relações não triviais. Confesso minha incompetência para estabelecer quais seriam essas relações, mas afirmo enfaticamente a necessidade de não deixá-las de lado, se é que queremos entender e começar a resolver aquelas grandes e cruciais questões.

Guillermo O'Donnell é cientista político, diretor acadêmico do Helen Kellogg Institute for International Studies, Universidade de Notre Dame, e pesquisador do CEBRAP. Já publicou nesta revista "A Argentina, Antes e um Pouco Depois das Malvinas" (vol. 1, nº 4).

---

Novos Estudos

CEBRAP

Nº 22, outubro de 1988

pp. 45-52

---